VII. divulgar o resumo das alterações no sistema quando da implantação de novas versões.

Art. 36. Compete à Comissão de Gestão do Planejamento Estratégico:

1. mapear todo o procedimento que será levado à apreciação da Comissão Gestora do Sistemas da Área-meio para inserção ou retificação, caso já inserido, no GEDOC;

2. analisar periodicamente ou, quando demandada, os processos e fluxos inseridos no GEDOC, propondo, quando verificar a pertinência, retificações;

III. Confeccionar manual normativo e proceder com a divulgação dos fluxos criados; e

1. gerar e emitir periodicamente dados quantitativos e qualitativos da utilização dos processos e fluxos do GEDOC.

Art. 37. Compete à Chefia Serviço de Documentação:

1. padronizar os modelos de documentos internos;

2. disponibilizar a versão atualizada da Norma de Classificação de Documentos de Arquivo e da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos;

III. prestar assessoria técnica em relação a procedimentos operacionais relativos à gestão documental;

1. analisar as solicitações de inclusão de espécies e tipos documentais; e

2. manter as tabelas e informar ao Departamento de Informática a necessidade de alteração em campos do GEDOC relativos à gestão documental.

Art. 38. Compete ao Centro de Estudo e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF:

1. promover a capacitação necessária ao uso do GEDOC, para membros, servidores e estagiários, com o objetivo de institucionalizar, uniformizar e padronizar os procedimentos operacionais; e

2. informar ao Departamento de Informática os nomes das pessoas capacitadas no uso do sistema.

Art. 39. Compete às chefias das unidades:

1. zelar pela qualidade dos dados registrados pelos servidores da unidade;

2. gerenciar o recebimento de documento/procedimento de gestão administrativo tramitado para a unidade, a fim de evitar atraso na manifestação da unidade;

III. solicitar acesso novos servidores e estagiários; e

1. designar servidor para treinar novos usuários do sistema.

Art. 40. Compete aos usuários do sistema:

1. realizar o recebimento, a criação, o registro, a classificação, a tramitação, a inclusão de despachos, a alteração e a exclusão dos documentos no sistema em consonância com os procedimentos operacionais repassados nos treinamentos;

2. verificar, no mínimo duas vezes em cada jornada de trabalho, se há documentos aguardando por sua manifestação pessoal ou pela manifestação da unidade;

III. registrar as atividades de gestão documental no sistema;

1. classificar os documentos de acordo com o código de classificação incorporado ao sistema;

2. abster-se de fornecer sua senha de acesso do sistema a outros usuários, sob pena de responsabilização penal, civil e administrativa;

3. evitar a impressão de documentos, zelando pela economicidade e responsabilidade socioambiental;

VII. abster-se de se ausentar do computador sem encerrar a sessão de uso do sistema, garantindo assim a impossibilidade de uso indevido das informações por pessoas não autorizadas;

VIII. garantir a qualidade das informações inseridas no sistema;

1. abster-se de revelar, fora do âmbito profissional, fato ou informação de qualquer natureza de que tenha conhecimento por força de suas atribuições, salvo em decorrência de decisão competente na esfera legal; e

2. assegurar a fidedignidade dos documentos digitais.

Seção II

Das Alterações de Fluxos

Art. 41. Os pedidos de alteração das tabelas e campos do GEDOC deverão ser submetidos, após apreciação da Comissão de Gestão do Planejamento Estratégico, à Comissão Gestora de Sistemas da Área-meio, através do envio de correio eletrônico (e-mail) para o endereço eletrônico gedoc@mppa.mp.br.Art.

42. As solicitações de inclusão de espécies e tipos documentais deverão ser submetidos, após apreciação da Comissão de Gestão do Planejamento Estratégico, à Comissão Gestora de Sistemas da Área-meio através do envio de correio eletrônico (e-mail) para o endereço eletrônico gedoc@mppa.mp.br.Art.

43. O sistema GEDOC irá respeitar, no que couber, as Tabelas Taxonômicas da esfera Administrativa estabelecida pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 44. O Sistema de Informações Protocolares – SIP, ficará disponível para eventuais consultas e movimentações do legado, até que seus registros sejam integralmente concluídos ou migrados para o GEDOC.

• 1º Os procedimentos de gestão administrativa suporte papel, em andamento, poderão seguir a tramitação pelo SIP, até a sua conclusão.

• 2º Havendo viabilidade, o procedimento de gestão administrativa suporte em papel do SIP poderá ser inserido no GEDOC, desde que haja sua completa inserção após digitalização, ficando o documento físico sob a guarda

de quem o inseriu até a finalização de sua tramitação, quando então, poderá ser remetido ao Setor de Arquivo.Art.

45. As funcionalidades previstas nas Seções II, III e IV do Capítulo V, serão, inicialmente, realizadas pelo Departamento de Informática mediante solicitação da unidade.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 46. Os casos omissos serão solucionados pela Procuradoria-Geral de Justiça.

Art. 47. Os atos praticados via sistema GEDOC ficam convalidados desde a sua implantação em 02 de maio de 2016.Art. 48. Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 49. Fica revogada a PORTARIA de nº 5597/2017-MP/PGJ.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

, 20 de março de 2023.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

ANEXO I

CERTIDÃO DE DIGITALIZAÇÃO

Certifico que o presente procedimento de gestão administrativa foi digitalizado e inserido no Sistema de Gestão de Documentos Eletrônicos – GEDOC e, a partir desta data, passará a ser tramitado eletronicamente.

Belém/PA,..... de de

Assinatura/carimbo

PORTARIA Nº 1377/2023-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA usando de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 18, XXII, "c", da Lei Complementar nº 57/2006; CONSIDERANDO o cronograma oficial para adoção da Lei Federal nº 14.133/2021 aos processos licitatórios e de contratação direta no âmbito do MPPA, instituído pela PORTARIA nº 3776/2022-MP/PGJ, de 14/07/2022 (DOE 18/07/22);

CONSIDERANDO o art. 7º da PORTARIA SEGES/MGI nº 720, de 15 de março de 2023, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos,

R E S O L V E:

Art. 1º. ESTABELECE o regime de transição de que trata o art. 191 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará.

Art. 2º. Os processos licitatórios e de contratação direta, cuja autorização de abertura do procedimento ocorra até 31 de março de 2023, com opção expressa nos fundamentos da Lei nº 8.666/1993, inclusive os derivados do sistema de registro de preços, poderão ser por ela regidos, desde que autorizado pelo Procurador-Geral de Justiça, na forma do art. 3º da PORTARIA nº 3776/2022-MP/PGJ, e as respectivas publicações no Diário Oficial do Estado do Pará de editais e ratificações de dispensa ou inexigibilidade de licitação ocorram até 1º de abril de 2024.

• 1º A opção por licitar com fundamento na legislação a que se refere o caput deverá constar expressamente no Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência ou Projeto Básico, conforme o caso.

• 2º Os contratos ou instrumentos equivalentes e as atas de registro de preços firmados em decorrência da aplicação do disposto no caput persistirão regidos pela norma que fundamentou a respectiva contratação, ao longo de suas vigências.

• 3º Os processos iniciados antes das datas fixadas no cronograma estabelecido pela PORTARIA nº 3776/2022-MP/PGJ e com opção expressa nos fundamentos da Lei nº 8.666/93, serão por ela regidos, desde que autorizada a abertura do procedimento e publicados os editais e ratificações de dispensa e inexigibilidade de licitação nos prazos previstos do caput deste artigo, não estando condicionados à autorização pelo Procurador-Geral de Justiça, nos termos do art. 3º da citada PORTARIA.

• 4º A inserção do edital de licitação no Sistema de Compras do Governo Federal deve observar o prazo estabelecido no Anexo da PORTARIA SEGES/MGI nº 720/2023.

Art. 3º. As atas de registro de preços regidas pelo Decreto Estadual nº 991/2020 e Resolução nº 017/021-CPJ, durante suas vigências, poderão ser utilizadas por órgão ou entidade não participante do processo licitatório, mediante anuência do MPPA, desde que em consonância com os critérios estabelecidos na Resolução nº 017/021-CPJ.

Art. 4º. Os contratos celebrados com prorrogação automática ou por prazo indeterminado de vigência, como os serviços públicos essenciais de água, esgoto e energia elétrica, deverão ser extintos até 31 de dezembro de 2024, e providenciadas as novas contratações de acordo com a Lei nº 14.133/2021.

Art. 5º. Os casos omissos decorrentes da aplicação desta PORTARIA serão dirimidos pela Procuradoria-Geral de Justiça.

Art. 6º Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 22 de março de 2023.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 1381/2023-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e considerando os termos do Ofício nº 13/2023/CSMP-MPPA, de 08/03/2023, protocolizado no "SIP" sob o nº 3664/2023, em 08/03/2023,